

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****Processo nº 706.879/2023****Licitação: Pregão Eletrônico nº 100/2023****Contrato nº 2023/234.0****OBJETO**

Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel, em tanques e peças e acessórios para o sistema de gás dos blocos de apartamento funcionais e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema.

CONTRATANTE:

Denominação/Nome por extenso:
CÂMARA DOS DEPUTADOS

CNPJ/MF:
00.530.352/0001-59

Endereço:
PÇ DOS TRÊS PODERES S/N. ED ANEXO 13º ANDAR – PLANO PILOTO

Cidade:
BRASÍLIA

UF:
DF

CEP:
70.160-900

Nome do Signatário:
MAURO LIMEIRA MENA BARRETO

Cargo/Função:
DIRETOR ADMINISTRATIVO

CONTRATADA:

Denominação/Nome por extenso:
GASBALL ARMAZENADORA E DISTRIBUIDORA LTDA-

CNPJ/MF:
02.430.968/0003-45

Endereço:
AV. PROGRESSO, S/Nº - SETOR COMERCIAL

Cidade:
SENADOR CANEDO

UF:
GO

CEP:
75.250-000

Nome do Signatário:
DANIELA LEVENET PEREIRA AQUILERA

Cargo
REPRESENTANTE LEGAL

DADOS DO CONTRATO

Data da Proposta
04/09/2023

Data de assinatura
11/12/2023

Data de vigência
16/12/23 a 15/12/24

Preço: R\$ 230.109,55 (duzentos e trinta mil e cento e nove reais e cinquenta e cinco centavos)

Valor da Garantia: R\$ 0,00 (zero)

Nota(s) de Empenho: 2023NE001435 , 2023NE001436 , 2023NE001437

As partes acima identificadas acordam em celebrar o presente contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital da licitação acima referenciada, daqui por diante denominado EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



1. DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1. O objeto do presente contrato é o fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) a granel, em tanques de propriedade da Câmara dos Deputados, de peças e acessórios para o sistema de gás dos blocos de apartamentos funcionais, em Brasília-DF, e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no EDITAL e nas demais exigências e condições expressas no referido instrumento e neste contrato.

1.2. Fazem parte do presente contrato, para todos os efeitos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n. 100/2023 e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 100/2023;
- c) Proposta da CONTRATADA.

2. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. No valor estimado da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

3.1. No interesse da CONTRATANTE, o valor deste contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

3.1.1. As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa com a execução do presente contrato correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5664 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Reparos e Conservação de Residências Funcionais dos Membros do Poder Legislativo
- Natureza da Despesa:
 - 3.0.00.00 – Despesas Correntes
 - 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
 - 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
 - 3.3.90.30 – Material de Consumo
 - 3.0.00.00 – Despesas Correntes
 - 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes



3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) - ITEM 1 DO OBJETO

- 5.1. A CONTRATADA deverá estar apta a dar início ao fornecimento do produto no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura deste contrato.
- 5.2. O fornecimento (entrega e descarregamento) deverá ocorrer quinzenalmente, em dia de expediente normal da CONTRATANTE, das 9h às 11h30 ou das 14h às 17h30.
- 5.3. Se houver necessidade de abastecimento antes do prazo previsto no item 5.2 deste Título, o fornecimento deverá ser antecipado, mediante solicitação do Órgão Responsável.
- 5.3.1. O atendimento à solicitação deverá ocorrer no prazo máximo de 12 (doze) horas, contadas da data da confirmação do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço, conforme modelo constante no Anexo n. 5 do Edital, a ser enviada pelo Órgão Responsável por e-mail.
- 5.3.1.1. A confirmação do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço deverá ser obtida pela CONTRATANTE imediatamente após o envio.
- 5.3.1.2. O produto deverá ser entregue e descarregado nos endereços indicados a seguir, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA o transporte do produto até os referidos locais e o devido abastecimento:
- 5.3.2. SQN 202:
- a) Blocos I e J: central de gás única para os dois blocos, com geradora de água quente e medição comum;
 - b) Blocos K e L: central de gás única para os dois blocos, com medição individualizada por apartamento.
- 5.3.3. SQN 302:
- a) Blocos A, B e H: central de gás única para os três blocos, com medição individualizada por apartamento;
 - b) Blocos F, G e I: central de gás única para os três blocos, com medição individualizada por apartamento;
 - c) Blocos C, D e E: central de gás única para os três blocos, com medição individualizada por apartamento.
- 5.3.4. SQS 311:
- a) Blocos A e B: uma central de gás única para os dois blocos, com medição individualizada por apartamento;
 - a) Bloco I: uma central de gás para o bloco, com medição individualizada por apartamento.
- 5.4. Será de responsabilidade da CONTRATADA o transporte vertical e horizontal do objeto até o local indicado.



6. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) - ITEM 2 DO OBJETO

6.1. A CONTRATADA deverá estar apta a dar início ao serviço de manutenção preventiva e corretiva no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura deste contrato.

6.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão executados sob demanda e pagos de acordo com o preço constante da proposta da CONTRATADA, consoante relação de serviços constante do item 6.6 deste Título.

6.3. Conceitos:

6.3.1. Manutenção Preventiva: todas as atividades técnicas e administrativas destinadas a manter o equipamento em bom estado de conservação e funcionamento, tais como: regulagens, substituição de peças desgastadas pelo uso, reapertos, limpeza e conservação de pintura dos equipamentos e outras tarefas de rotina.

6.3.2. Manutenção Corretiva: os serviços necessários à reparação de falhas já ocorridas com o equipamento, tais como: substituição de peças e componentes danificados e reparos necessários à reposição em funcionamento de componentes paralisados do sistema, qualquer que seja a falha.

6.4. A manutenção preventiva será executada de acordo com o Plano de Manutenção Preventiva a ser apresentado pela CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura deste contrato, revisto e aceito pela CONTRATANTE, e elaborado a partir de dados fornecidos pelos fabricantes dos equipamentos, recomendações da literatura especializada no assunto, bem como o previsto nas seguintes regulamentações e suas atualizações:

- a) Decisão normativa do CONFEA nº 32, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1988;
- b) Decisão normativa do CONFEA nº 45, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1992;
- c) Norma ABNT 13523: 2019
- d) Norma ABNT 15358: 2017
- e) Norma ABNT 15526: 2009 Versão Corrigida:2016
- f) Norma ABNT 15923:2011
- g) Norma ABNT 14024:2018
- h) Norma ABNT 7500: 2017 Emenda 1:2018
- i) Decreto do Governo do Distrito Federal nº 29.400, de 14 de agosto de 2008, alterado pelo Decreto 35.223, de 13 de março de 2014;
- j) Norma Técnica NT 005/2000 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- k) Portaria da Agência Nacional de Petróleo – ANP nº47 de 24 de março de 1999;
- l) Norma regulamentadora nº 13 do Ministério do Trabalho e Emprego, alterada pela Portaria MTE 594/2014;
- m) Norma regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e Emprego, alterada pela Portaria MTE 1.078/2014;



n) Norma regulamentadora nº 20 do Ministério do Trabalho e Emprego, publicada pela Portaria MTE nº 308/2012.

6.4.1. Em caso de necessidade, devidamente justificada e aceita pelo Órgão Responsável, os serviços previstos no Plano de Manutenção Preventiva poderão ser realizados fora da frequência nele indicada.

6.4.2. A execução do Plano de Manutenção Preventiva não esgotará a responsabilidade da CONTRATADA quanto a quebras ou avarias eventuais que serão por ela corrigidas de imediato.

6.4.3. A CONTRATADA manterá, em cada central de gás, livro de registros no qual anotarás as principais ocorrências.

6.5. A manutenção corretiva deverá observar a necessidade de manutenção identificada pela CONTRATADA e confirmada pelo Órgão Responsável, que emitirá Ordem de Fornecimento/Serviço, conforme modelo constante do Anexo n. 5.

6.5.1. Os prazos estipulados para conserto dos defeitos encontrados começarão a ser contados da data de emissão da autorização, que deverá conter a descrição das peças a serem substituídas e/ou os serviços a serem executados, e que servirão como controle para os pagamentos a serem realizados.

6.5.2. As peças e/ou os serviços que forem fornecidos/realizados sem prévia autorização, conforme detalhado acima, não serão ressarcidos pela CONTRATANTE.

6.5.3. A CONTRATADA deverá apresentar laudo técnico descrevendo o problema e discriminando as peças substituídas e/ou os serviços necessários à correção dos defeitos.

6.5.4. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA qualquer penalidade imposta à CONTRATANTE, resultante de omissão ou degradação da qualidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva objeto deste contrato, em descumprimento à legislação específica em manutenção de sistema de GLP.

6.5.5. Caso haja necessidade de retirada de componentes ou peças do sistema das dependências da CONTRATANTE para reparo ou substituição, será necessária autorização de saída emitida pela Coordenação de Patrimônio do Departamento de Material e Patrimônio, a ser concedida a funcionário da CONTRATADA, formalmente identificado.

6.5.5.1. A autorização de saída, instrumento indispensável à retirada de componentes ou peças, será solicitada pelo Órgão Responsável.

6.5.5.2. A CONTRATADA ficará obrigada a comunicar formalmente a devolução de componente ou peça retirado das dependências da CONTRATANTE para reparo.

6.5.5.3. Em caso de retirada e/ou de substituição de componente ou peça das dependências da CONTRATANTE, as despesas com retirada e transporte correrão por conta da CONTRATADA.

6.5.5.4. A CONTRATADA deverá entregar a(s) peça(s) defeituosa(s) ao Órgão Responsável.



6.5.6. A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 90 (noventa) dias de garantia para os serviços prestados e 12 (doze) meses para as peças fornecidas, contados da data do recebimento definitivo do serviço.

6.5.7. Não haverá nenhum acréscimo nos valores contratados para os serviços de manutenção corretiva que necessitem ser executados fora do horário de expediente normal da CONTRATANTE, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

6.6. Relação de Serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.
1	Teste hidrostático de estanqueidade em tanques de GLP tipo P1000	1
2	Exame externo em vaso de pressão, inclusive escavação e posterior reaterro	1
3	Movimentação de até 1600kg de GLP entre as centrais de GLP	2
4	Teste de estanqueidade da rede de alimentação, trecho em alta pressão compreendido entre os tanques de GLP e o regulador de 1º estágio	1
5	Teste de estanqueidade da rede primária de distribuição de gás, compreendida entre o regulador de 1º estágio instalado na central e os reguladores de 2º estágio instalados junto às unidades consumidoras	1
6	Fornecimento e instalação de multiválvula em latão de 3/4" NGT Macho para tanque P1000, Ref. Rego 7556R12.0.	1
7	Fornecimento e instalação de válvula de segurança 1."NPT Macho 250 PSI para tanque P1000, Ref. Rego 8685G.	1
8	Fornecimento e instalação de válvula check-lok em latão 1" NPT Macho para tanque P1000, Ref. Rego 7590U-10.	1
9	Fornecimento e instalação de válvula de enchimento em latão de 1 1/4" NPT para tanque P1000, Ref. Rego 7579C.	1
10	Fornecimento e instalação de indicador de Nível para tanque GLP P1000, Ref. Rochester.	1
11	Fornecimento e instalação de rede de gás com tubulação em aço carbono SCH 40 c/ costura Ø 3/4"	25
12	Fornecimento e instalação de rede de gás com tubulação de aço carbono SCH 40 c/ costura Ø 1"	25
13	Fornecimento e instalação de medidor de vazão volumétrica G 0,6 LAO	3
14	Fornecimento e instalação de medidor de vazão volumétrica G 10 LAO	1
15	Fornecimento e instalação de regulador de 1º estágio regulável, com manômetro, pressão de entrada de até 10kgf/cm² e pressão de saída de até 5kgf/cm², Ref. Farmabras FRG 45A	2
16	Fornecimento e instalação de regulador de 2º estágio de baixa pressão, semi-industrial, 3/8 SAE, vazão 5 kg/h, marca de referência Aliança 506/18	10
17	Exame interno em vaso de pressão, com utilização de videoscopia ou outro tipo de ensaio não destrutivo a critério do profissional habilitado, de acordo com o item 13.5.4.5 da Norma Regulamentadora NR-13 do Ministério do Trabalho e Emprego	1

6.7. Detalhamento dos Serviços:

6.7.1. Teste hidrostático de estanqueidade em tanque armazenador de GLP tipo P-1000 ou tipo P-2000, com aplicação de pressão de no mínimo 26,5 kgf/cm², por no



mínimo 2h, observando um aumento gradual de pressão da ordem de 10% da pressão de teste a cada 15 min para a estabilização da pressão do sistema. Dever-se-á utilizar um instrumento de medição (manômetro) calibrado, sendo que a pressão de teste deverá estar compreendida entre 20% e 80% do final da escala do equipamento. Incluirá a retirada da água utilizada no teste e o respectivo descarte ambientalmente sustentável. Após a realização do teste, dever-se-á elaborar o respectivo relatório, contendo, no mínimo: os resultados obtidos, as recomendações técnicas, os certificados de calibração dos instrumentos, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida por profissional Habilitado, bem como a conclusão sobre a aprovação ou não da utilização da instalação, bem como estimativa da vida útil do equipamento. Incluirá também a elaboração do prontuário (livro-ata) do vazo de pressão, nos termos da Norma Regulamentadora NR-13 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

6.7.2. Teste de estanqueidade da rede de alimentação, trecho em alta pressão compreendido entre os tanques de GLP e o regulador de 1º estágio. O teste deverá ser realizado com pressão pneumática de no mínimo 10 kgf/cm² por, no mínimo, 2 horas. Dever-se-á utilizar um instrumento de medição (manômetro) calibrado, sendo que a pressão de teste deverá estar compreendida entre 20% e 80% do final da escala do equipamento. Após a pressurização, dever-se-á aguardar um intervalo de 15 minutos para a estabilização da pressão para só então registrar a pressão medida.

6.7.3. Teste de estanqueidade da rede primária de distribuição de gás, compreendida entre o regulador de 1º estágio instalado na central e os reguladores de 2º estágio instalados junto às unidades consumidoras. O teste deverá ser realizado com ar comprimido e pressão de no mínimo 4kgf/cm² por, no mínimo, 1 hora. Dever-se-á utilizar um instrumento de medição (manômetro) calibrado, sendo que a pressão de teste deverá estar compreendida entre 20% e 80% do final da escala do equipamento. Após a pressurização, dever-se-á aguardar um intervalo de 15 minutos para a estabilização da pressão para só então registrar a pressão medida.

6.7.4. Exame interno em vazo de pressão, com utilização de videoscopia ou outro tipo de ensaio não destrutivo a critério do profissional habilitado, de acordo com o item 13.5.4.5 da Norma Regulamentadora NR-13 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

6.7.5. Exame externo em vazo de pressão, inspeção visual e teste de ultrassonografia em pontos específicos, inclusive com a escavação para possibilitar o acesso aos pontos de sondagem, bem como o posterior reaterro, de acordo com o item 13.5.4.5 da Norma Regulamentadora NR-13 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

6.7.6. Movimentação de até 1600kg de GLP entre as centrais de GLP da Câmara dos Deputados, localizadas na SQN 302, SQN 202 e SQS 311, de acordo com as orientações da fiscalização e com a utilização de caminhão dotado de, no mínimo, dois tanques P-1000 e bomba reversível para a retirada do GLP e o reabastecimento.

6.7.7. A inspeção externa dos vasos de pressão deverá ser executada a partir da instalação, observando os seguintes pontos:



- a) Vias de acesso ao vaso (por exemplo, escadas, plataformas, corrimãos etc.);
- b) Fundações e suportações;
- c) Chumbadores;
- d) Dispositivo de aterramento estático;
- e) Revestimento externo do vaso (isolamento térmico pintura);
- f) Revestimento de proteção contrafogo;
- g) Bocais, cliques e olhais de suportação ligados ao vaso;
- h) Identificação do vaso, categoria NR-13 e placa de identificação do vaso;
- i) Verificação de tubos, chapas, soldas, como válvulas de alívio, manômetros, termômetros, parafusos, porcas, varetas, indicador de nível e outros acessórios dos vasos de pressão;
- j) Revisão e atualização do prontuário do vaso de pressão. Todos os dados utilizados para emissão do prontuário deverão possuir fundamentação e rastreabilidade a partir de data books originais e ensaios de identificação intrínsecos;
- k) Fornecimento de livro de registro de segurança dos equipamentos (capa dura com letras gravadas em cor dourada), caso não exista;
- l) Entrega de relatórios de inspeção com fotos digitais incluindo a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA, no máximo em 5 (cinco) dias úteis após a inspeção.

6.7.8. A inspeção interna dos vasos de pressão deverá ser executada após a inspeção externa, observando os seguintes pontos:

- a) Antes da limpeza, nos vasos em que a deposição de produtos possa interferir no seu funcionamento ou possa indicar o grau de deterioração do vaso ou nos casos em que se adota proteção das partes do vaso por passivação (por exemplo, partes em contato com água);
- b) Nos bocais, dando-se especial atenção às regiões de solda do pescoço com o corpo, que deverão ser avaliadas quanto à possibilidade de vazamento e, quando necessário, analisadas também por ensaios não destrutivos (END);
- c) O pescoço do bocal que for acessível pelo lado interno do vaso, quanto à deterioração. O bocal em que o acesso pelo lado interno do vaso não for suficiente para realizar sua avaliação deverá ter sua integridade avaliada através de ensaios não destrutivos (END) ou utilizar a vídeo-endoscopia;
- d) Estojos e porcas dos componentes internos do vaso, avaliados quanto a corrosão e quantidade de fios de rosca que fazem o aperto;
- e) Pontos com maiores pontos de tensões, quanto à presença de descontinuidades do tipo trinca (por exemplo bocais, mudanças de forma e ponto de interseção entre soldas circunferenciais e longitudinais);
- f) Reavaliação de todos os pontos de controle de deterioração;
- g) Medição de espessura por ultrassom digital. Mapeamento dos pontos de medição, procedimentos e relatórios de inspeção, certificados de



rastreabilidade dos equipamentos. Deverá ser realizada, no mínimo, 5 (cinco) medições por chapa, devidamente identificados no mapeamento de espessura do vaso;

- h) Confecção de desenho técnico dos vasos, demonstrando os pontos onde foram realizadas as medições de espessura;
- i) Cálculo da PMTA (Pressão Máxima de Trabalho Admissível);
- j) Revisão e atualização do prontuário do vaso de pressão. Todos os dados utilizados para emissão do prontuário deverão possuir fundamentação e rastreabilidade a partir de data books originais e ensaios de identificação intrínsecos;
- k) Fornecimento de livro de registro de segurança dos equipamentos (capa dura com letras gravadas em cor dourada), caso não exista;
- l) Entrega de relatórios de inspeção com fotos digitais, incluindo a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da inspeção.

6.7.9. O teste hidrostático dos vasos de pressão deverá ser executado observando os seguintes pontos:

- a) A pressão de realização do teste hidrostático deverá ser calculada pelo PH, de acordo com o código de construção adotado. A memória de cálculo deverá ser incorporada ao prontuário do vaso de pressão, incluindo a temperatura da água determinada para realização do teste;
- b) O PH, sempre que realizar um teste hidrostático, deverá emitir o certificado do teste nos moldes do anexo C da NBR 15417:2007.
- c) O teste hidrostático deverá ser realizado em conformidade com um procedimento que atenda ao código de construção do vaso (ASME ou DOT). O certificado de calibração dos manômetros utilizados no teste e o certificado do teste hidrostático deverão ser parte integrante do prontuário do vaso de pressão;
- d) O tempo e a velocidade de pressurização e despressurização do teste hidrostático deverão ser controlados e definidos de acordo com o código de construção do vaso (ASME ou DOT), no procedimento do teste hidrostático utilizados pelo PH;
- e) Antes de encher o vaso com água, dever-se-á verificar se as fundações e suportações do vaso suportam o peso do vaso cheio de água;
- f) Revisão e atualização do prontuário do vaso de pressão. Todos os dados utilizados para emissão do prontuário deverão possuir fundamentação e rastreabilidade a partir de data books originais e ensaios de identificação intrínsecos;
- g) Fornecimento de livro de registro de segurança dos equipamentos (capa dura com letras gravadas em cor dourada), caso não exista;



- h) Entrega de relatórios de inspeção com fotos digitais incluindo a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da inspeção.

6.7.10. A inspeção externa das tubulações de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) deverá ser executada observando os seguintes pontos:

- a) 100% das tubulações de GLP fase líquida e vapor até o flange da válvula hidráulica reta / válvula pneumática do vaso de pressão;
- b) 100% das válvulas de esfera;
- c) 100% das conexões, plataformas;
- d) 100% dos instrumentos;
- e) 100% das transições aéreo/enterrado;
- f) Pontos de oxidação/corrosão encontrados;
- g) Condições da pintura (inspecionar tanto a geratriz superior quanto a geratriz inferior);
- h) Condições dos suportes/apoios da tubulação;
- i) Condições das conexões (tês, curvas, reduções, derivações, flanges, juntas, prisioneiros e porcas);
- j) Verificar a existência de mossas, reparos (duplo cordão de solda ou compósito), ovalizações, trincas, amassamentos, rugas, cavas ou vazamentos;
- k) Calibração dos instrumentos;
- l) Revisão e atualização do prontuário do vaso de pressão. Todos os dados utilizados para emissão do prontuário deverão possuir fundamentação e rastreabilidade a partir de data books originais e ensaios de identificação intrínsecos;
- m) Fornecimento de livro de registro de segurança dos equipamentos (capa dura com letras gravadas em cor dourada), caso não exista;
- n) Entrega de relatórios de inspeção com fotos digitais incluindo a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da inspeção.

6.7.11. Deverá ser realizada inspeção de segurança inicial e periódica nas tubulações ligadas a vaso de pressão, conforme item 13.6 da NR-13 do Ministério do Trabalho e Emprego, e providenciada a seguinte documentação devidamente atualizada:

- a) Especificações aplicáveis às tubulações ou sistemas, necessárias ao planejamento e execução da sua inspeção (vide prazo na Portaria MTE n.º 594, de 28 de abril de 2014);
- b) Fluxograma de engenharia com a identificação da linha e seus acessórios;
- c) Projetos de alteração ou reparo – PAR, em conformidade com os itens 13.3.6 e 13.3.7 da NR-13 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- d) Relatórios de inspeção em conformidade com o item 13.6.3.9 da NR-13 do Ministério do Trabalho e Emprego.



6.8. O(s) profissional(is) indicado(s) conforme item 1.3 do Anexo n. 2 ao EDITAL deverá(ão) participar dos serviços objeto deste contrato, admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que, prévia e formalmente aprovada pelo Órgão Responsável.

7. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA SISTEMAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – ITEM 3 DO OBJETO

7.1. A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar o fornecimento e a instalação das peças e dos acessórios relacionados no item 7.9 deste Título em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura deste contrato.

7.2. A CONTRATADA deverá atender ao chamado de visita de emergência em caso de vazamentos no prazo máximo de 3 (três) horas, contadas da confirmação do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço, por e-mail, sendo o prazo para reparo de até 24 (vinte e quatro) horas, a depender da urgência da ocorrência.

7.2.1. A confirmação do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço deverá ser obtida pela CONTRATANTE imediatamente após o envio.

7.3. A CONTRATADA será responsável pelo conserto de vazamentos no tanque de armazenamento e nas tubulações até o medidor dos pontos de consumo, incluída a mão de obra necessária, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

7.4. A CONTRATADA substituirá a peça que apresentar defeito, sendo ressarcida pelo preço constante de sua proposta, consoante relação de peças constante do item 7.9 deste Título.

7.5. A CONTRATADA deverá fornecer para as peças e acessórios no mínimo 12 (doze) meses de garantia, contados da data do recebimento definitivo do material.

7.6. Dia/Horário: em dia de expediente normal da CONTRATANTE, das 9h às 11h30 ou das 14h às 17h30.

7.7. É da responsabilidade da CONTRATADA o transporte vertical e horizontal do objeto até o local indicado.

7.8. Caso o objeto ofertado seja importado, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, por ocasião da entrega do objeto e juntamente com a nota fiscal, comprovação da origem dos bens ofertados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não recebimento do objeto.

7.9. Da relação das peças:

ITE M	DESCRIÇÃO	UN	QUANT
1	Cotovelo 90° de aço carbono NPT 300 libras Ø 3/4"	UN	3
2	Cotovelo 45° de aço carbono NPT 300 libras Ø 3/4"	UN	3
3	Cotovelo 90° de aço carbono NPT 300 libras Ø 1"	UN	3
4	Cotovelo 45° de aço carbono NPT 300 libras Ø 1"	UN	3
5	Bucha de redução de aço carbono NPT 300 libras Ø 1" x 3/4"	UN	3
6	Fita Toro 0,05 x 30,5 primer 2238 T	M	100
7	Fita Veda Rosca 18 x 50	RL	20



ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT
8	Luva de aço carbono 300 libras Ø 3/4"	UN	3
9	Luva de aço carbono 300 libras Ø 1"	UN	3
10	TE de aço carbono 300 lbs Ø 3/4"	UN	3
11	TE de aço carbono 300 lbs Ø 1"	UN	3
12	União de aço carbono 300 lbs Ø 3/4"	UN	3
13	União de aço carbono 300 lbs Ø 1"	UN	3
14	Niple duplo de aço carbono 300 lbs Ø 3/4"	UN	3
15	Niple duplo 300 lbs Ø 1"	UN	3
16	Registro Esfera Ø 3/4"	UN	5
17	Válvula Esférica tripartida Ø 1"	UN	5
18	Válvula de retenção em aço carbono de 3/4" NPT Fêmea, Ref. Rego A3146.	UN	5
19	Manômetro 0-300 psi - Cx Aço Carbo	UN	3
20	Manômetro 2 1/2" (7 kg) 0-100 psi - A/C rosca 1/4"	UN	3
21	Pig Tail 1 metro	UN	3

8. DO RESSARCIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS

8.1. Os serviços, peças e acessórios, não previstos neste contrato e necessários à segurança e funcionamento do sistema, serão fornecidos pela CONTRATADA e ressarcidos pela CONTRATANTE, da forma definida neste Título.

8.2. Em caso de substituição, a CONTRATADA deverá utilizar peças novas, originais e de primeiro uso.

8.3. Para obter o ressarcimento referente aos materiais e serviços, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, 3 (três) cotações obtidas junto aos seus fornecedores para aprovação prévia da CONTRATANTE. Será levada em conta a cotação mínima de mercado do produto.

8.4. Caso a CONTRATANTE discorde do menor preço obtido pela CONTRATADA, realizará uma pesquisa no mercado em busca de preços menores para os mesmos itens. Encontrando, dará conhecimento à CONTRATADA para que a mesma forneça, de imediato e pelo menor preço encontrado pela CONTRATANTE, os materiais, peças, componentes e equipamentos necessários.

8.5. Caberá à CONTRATADA comprovar a necessidade de substituição ou aplicação do material por ela solicitado, cuja justificativa deverá ser assinada pelo Responsável Técnico e encaminhada Órgão Responsável.

8.6. No caso de fornecedor exclusivo do componente, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do seu fornecedor, bem como cópia de uma nota fiscal de venda já realizada desse componente para outrem. Caso o componente nunca tenha sido vendido, deverá ser fornecido um documento constando que tal componente nunca foi anteriormente vendido pelo fornecedor.

8.7. O Órgão Responsável, após a substituição da peça ou execução dos serviços, poderá solicitar à CONTRATADA que apresente a nota fiscal de compra do componente ou dos serviços, que servirá como comprovação da despesa da CONTRATADA. A nota



fiscal, juntamente com as demais cotações de preço, será arquivada para efeito de comprovação do valor ressarcido à CONTRATADA.

8.8. Para ressarcimento da CONTRATADA pelos serviços de terceiros e pelo fornecimento de peças, a CONTRATADA emitirá fatura própria. Não será admitida a entrega de fatura de terceiros para ressarcimento pela CONTRATANTE.

8.9. A CONTRATADA deverá fornecer, para as peças e acessórios a que se refere este Título, no mínimo, 12 (doze) meses de garantia, contados da data do recebimento definitivo do material.

9. DO RECEBIMENTO

9.1. O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

10. DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

10.1. Consideram-se órgãos responsáveis pela gestão deste contrato a COORDENAÇÃO DE HABITAÇÃO e o DEPARTAMENTO TÉCNICO da Câmara dos Deputados, localizados no Edifício Anexo I, 21º e 18º andar, respectivamente, que, por meio da SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES e da COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS, respectivamente, designarão os fiscais responsáveis pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas no EDITAL e neste contrato, observado o disposto neste Título.

11.2. A CONTRATADA deverá:

- a) Cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- b) Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento/instalação do objeto e/ou na prestação da garantia;
- c) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;
- d) Substituir obrigatoriamente, em até 3 (três) dias, contados da data da entrega, todo e qualquer produto, quando comprovada a sua má qualidade, se em desacordo com as normas vigentes dos órgãos competentes de fiscalização, ou ainda se em desacordo com o solicitado.

11.3. Além do estatuído no EDITAL e neste contrato, a CONTRATADA cumprirá as instruções complementares do Órgão Responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nos blocos de apartamentos funcionais da CONTRATANTE.



11.4. Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa.

11.5. Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.

11.6. Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão de obra utilizada para os fins estabelecidos neste contrato.

11.7. A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

11.8. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste contrato.

11.9. A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao Órgão Responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até dois dias úteis após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e todas as circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao Órgão Responsável.

11.10. A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do Órgão Responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

11.11. A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas no momento da licitação.

11.12. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.12.1. A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada neste Título, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste contrato, nos termos do artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

11.13. É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste contrato exceto quando se tratar dos Itens 2 (serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de GLP canalizado) e 3 (fornecimento de peças e acessórios para sistemas de GLP) do objeto.



11.13.1. A subcontratação de empresa especializada deve ser aprovada prévia e formalmente pelo Órgão Responsável. Se autorizada a efetuar a subcontratação, a CONTRATADA deverá garantir que a(s) Subcontratada(s) possua(m) experiência nessa atividade específica.

11.13.2. Para o Item 2 do objeto (serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de GLP canalizado), a CONTRATADA deverá apresentar ao Órgão Responsável, previamente, comprovação da capacidade técnico-profissional da empresa a ser subcontratada, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- a) relação do(s) nome(s) do(s) engenheiro(s) mecânico(s) e/ou civil(s) detentor(es) de acervo(s) técnico(s) (individualmente ou em conjunto), mediante apresentação de CAT(s) - (Certidão(ões) de Acervo Técnico) expedida(s) pelo CREA da região a que estiverem vinculados, que ateste(m) a realização de serviço de manutenção preventiva e corretiva em sistema de gás liquefeito de petróleo que contenha central de gás com capacidade mínima de armazenamento de 1.000kg de GLP;
- b) a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) indicados na alínea “a”, com a empresa que se pretende subcontratar, por meio da apresentação de original ou cópia autenticada de:
 - b.1) CTPS ou registro do empregado, quando o vínculo for de natureza trabalhista;
 - b.2) estatuto ou contrato Social quando o vínculo for societário;
 - b.3) contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil, quando o vínculo for contratual.

11.13.3. O(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa Subcontratada deverá(ão) participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que, prévia e formalmente aprovada pelo Órgão Responsável.

11.13.4. A subcontratação não exonerará a CONTRATADA da responsabilidade pela supervisão e coordenação das atividades da(s) Subcontratada(s) e pelo cumprimento rigoroso de todas as obrigações, inclusive pelos eventuais inadimplementos contratuais.

11.13.5. Todo e qualquer prejuízo advindo das atividades da(s) Subcontratada(s) será cobrado de forma direta à CONTRATADA que arcará com quaisquer ônus advindos de sua opção por subcontratar.

11.14. Caberá à CONTRATADA providenciar, junto ao CREA/DF, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa aos serviços objeto deste contrato, de acordo com a legislação vigente, no **prazo máximo de 5 (cinco) dias após a assinatura deste contrato.**

11.15. A CONTRATADA obriga-se a fornecer produto de boa qualidade, dentro de sua validade, de acordo com os padrões determinados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) para as especificações e qualidade do GLP comercializado (Resolução ANP 18/2004, Regulamento Técnico ANP 2/2004 e instruções afins).

11.16. A CONTRATADA deverá emitir fatura individual, em que conste:

- a) Endereço;



- b) Consumo do período, incluído o consumo da caldeira;
- c) Valor devido.

11.17. A CONTRATADA deverá ainda emitir nota fiscal/fatura acompanhada da relação por bloco contendo as unidades residenciais, número de conta e respectivo valor.

11.18. A CONTRATADA deverá atender as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.

11.18.1. Caberá à CONTRATADA fornecer os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's específicos e necessários para as atividades que serão desenvolvidas.

11.18.2. A CONTRATADA é responsável pela execução de todos os treinamentos previstos em Normas Regulamentadoras aplicáveis a sua atividade dentro dos estabelecimentos da CONTRATANTE.

11.18.3. A CONTRATANTE poderá paralisar a execução do serviço, sempre que ficar caracterizada uma situação de grave e iminente risco à vida.

11.18.4. A CONTRATADA deverá comunicar os acidentes do trabalho (com ou sem afastamento), ocorridos à Previdência Social, por meio da emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), nos termos do artigo 22 da Lei 8.213/91, entregando uma cópia desta CAT à fiscalização da CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ocorrência do acidente.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A CONTRATANTE obriga-se a realizar periodicamente os pagamentos, de acordo com as quantidades fornecidas, após a apresentação das faturas e demais documentos exigidos por lei, observado o disposto neste contrato.

12.2. A CONTRATANTE obriga-se a fornecer relação com os endereços dos imóveis para fornecimento do gás e prestação dos serviços, bem como eventuais alterações nessa relação, e a realizar a leitura dos medidores em conjunto com a CONTRATADA.

12.3. Os servidores especialmente designados como fiscais deverão agir com zelo e diligência, visando sempre à fiel execução das cláusulas convencionadas, devendo, sem prejuízo das normas gerais constantes da Lei n. 8.666/93, do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados e das atribuições instituídas pela Portaria n. 119/2006:

- a) Acompanhar, quando da realização de leitura de consumo de gás, leiturista encaminhado pela CONTRATADA, cuidando para que as medições realizem-se corretamente;
- b) Providenciar registro em relatório específico, anotando, de modo individualizado e por unidade habitacional, as medições aferidas;
- c) Fazer constar do processo de encaminhamento de faturas o relatório mencionado na alínea anterior.



13. DO PAGAMENTO

13.1. O fornecimento de gás liquefeito de petróleo (Item 1 do objeto) aceito pela CONTRATANTE será pago em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

13.1.1. O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo Órgão Responsável.

13.2. O serviço efetivamente realizado de manutenção preventiva e corretiva, (Item 2 do objeto), aceito definitivamente pela CONTRATANTE, será pago por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo Órgão Responsável.

13.3. O pagamento referente às peças e acessórios (Item 3 do objeto) efetivamente fornecidos à CONTRATANTE será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo Órgão Responsável.

13.3.1. O ressarcimento das peças e dos acessórios fornecidos pela CONTRATADA dar-se-á por meio de nota fiscal específica emitida entre o dia primeiro e o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da data em que foi realizada a substituição.

13.4. O pagamento referente às peças e aos serviços não previstos nos Itens 2 e 3 do objeto, efetivamente fornecidas/prestados pela CONTRATADA, será feito em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, de acordo com o orçamento prévio apresentado em separado pela CONTRATADA e devidamente aprovado pela CONTRATANTE, após atestação pelo Órgão Responsável, observado o disposto no Título 8 deste contrato.

13.4.1. O ressarcimento das peças e dos acessórios fornecidos pela CONTRATADA dar-se-á por meio de nota fiscal específica emitida entre o dia primeiro e o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da data em que foi realizada a substituição.

13.5. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

13.6. A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

13.7. O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contados do aceite definitivo do objeto.

13.7.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos



moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

13.7.1.1. Para o Item 1 do objeto: os encargos moratórios devidos serão incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

13.8. Quando aplicável, o pagamento efetuado pela Câmara dos Deputados estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com redação dada pela Lei n. 9.711, de 1998 e Lei n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

13.9. Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no item anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

13.10. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pelo descumprimento de obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da LEI, a saber:

- a) Advertência, formalizada por escrito;
- b) Multa, nos casos previstos no EDITAL e neste contrato;
- c) Suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

14.2. Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE no fornecimento e/ou instalação do objeto e/ou na prestação do serviço, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor do objeto fornecido e/ou instalado e/ou do serviço prestado com atraso, de acordo com a seguinte tabela:



DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

14.1. Findo o prazo fixado sem que a CONTRATADA tenha entregado o objeto e/ou concluído o serviço, além da multa prevista, poderá, a critério da Câmara, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

14.2. A CONTRATADA será também considerada em atraso se entregar o objeto e/ou prestar o serviço em desacordo com as especificações e não o substituir e/ou não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de entrega e/ou execução fixado.

14.3. Na hipótese de abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente deste contrato, nele incluído o valor total do objeto requisitado e não entregue e/ou do serviço requisitado e não realizado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

14.4. Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

14.5. Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a CONTRATANTE julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor deste contrato, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da CONTRATADA, dolo ou culpa e o disposto no item anterior e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a seguinte tabela:



INFRAÇÃO	PERCENTUAIS (sobre o valor total do contrato)
1. DEIXAR DE:	
1.1 Atender normas e procedimentos elencados no <u>item 6.4</u> deste contrato, por ocorrência	0,5%
1.2 Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART no prazo estipulado, por dia de atraso	0,2%
1.3 Registrar em livro-ata a realização dos serviços de manutenção, por ocorrência	0,2%
1.4 Realizar o descarte adequado da água utilizada nos testes hidrostáticos, por ocorrência	0,5%
1.5 Realizar as inspeções elencadas no <u>subitem 6.7.11</u> deste contrato, por ocorrência	0,5%
1.6 Fornecer peças novas, originais e de primeiro uso, por ocorrência	0,4%
1.7 Disponibilizar, durante a execução dos serviços, o(s) profissional(is) exigido(s) para assinatura deste contrato	0,5%
2. Atrasar no atendimento de manutenção corretiva, por dia de atraso	0,5%
3. Atrasar no atendimento de manutenção preventiva, por dia de atraso	0,3%
4. Descumprir quaisquer outras cláusulas do Edital e deste contrato, por ocorrência	0,3%

15. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, realizando o tratamento de dados pessoais disponibilizados pelas partes, em meios físicos ou digitais, em consonância e em cumprimento das disposições preconizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, regulamentada na Câmara dos Deputados pelo Ato da Mesa n. 152, de 16 de dezembro de 2020, assim como atenderão a suas respectivas atualizações e aos padrões aplicáveis em seu segmento, vinculadas às disposições constantes do Anexo n. 6 ao EDITAL.

16. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

16.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, conforme datas definidas na Folha de Rosto.

16.2. Este contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, 11 de dezembro de 2023.

Pela CONTRATANTE:

Mauro Limeira Mena Barreto
Diretor Administrativo

Pela CONTRATADA:

Daniela Levenet Pereira Aguilera
Representante Legal